

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

"O DEVER DO HOMEM É TRABALHAR"

(A situação da agricultura em São Paulo em fins do século XIX)*

F. D. DAFERT

(...)

Em São Paulo há muita gente que se chama lavrador, mas que nunca trabalha em coisa alguma para a lavoura. Ser simples proprietário de fazendas e gastar o rendimento delas não basta para gozar da honra e do título de lavrador.

Os grandes fazendeiros da Prússia, quase sem exceção, são muito instruídos, servem depois (até a idade de 30 anos mais ou menos) ao Estado como soldados ou empregados públicos, e dedicam-se durante o resto da vida exclusivamente à administração de suas fazendas. De seis horas da manhã até a noite eles percorrem as culturas, cuidando da contabilidade, dirigindo todo o serviço e dispensando assim administradores remunerados.

Esse cumprimento do dever, que fez grande a Prússia e se estende ao exército, às repartições públicas e aos ministérios, criou aquele sentimento de solidariedade, que é indispensável para alcançar grandes objetivos, e tornou-se fundamento da administração exemplar do Estado e da riqueza de um povo, que na sua mór parte habita um depósito uniforme de areia estéril, fato que prova quanto, em todos os tempos e circunstâncias, a dedicação ao trabalho vale mais do que a mais fina política.

(*) O dr. Franz Wihelm Dafert (1863-1933), cientista austríaco, foi primeiro diretor do Instituto Agronômico de Campinas, dirigindo-o desde a sua instalação, em 1887, até 1890 (com uma pequena interrupção), regressando, depois, ao seu país, onde se tornou diretor de uma importante estação agronômica. Campinas reverencia a sua memória com uma rua no bairro do Guanabara e o seu busto à entrada da instituição de que foi, praticamente, o fundador (N. da R.)

Em São Paulo as circunstâncias são completamente diferentes. Há muitos proprietários de fazendas que, não conhecendo a dedicação à terra natal e nutritiva, não tendo interesse algum pela lavoura, vivem com toda a família longe de suas herdades e se dedicam à política e a coisas estereis. Os filhos, como bacharéis formados, acham estúpida a "vida de roça" e querem antes gozar na vida pública glórias efêmeras do que trabalhar na fazenda, tranqüilo e desconhecido, para o bem estar futuro das suas famílias e da nação.

São Paulo sofre, pois, conforme nos parece, de um excesso de produtores de bens espirituais e de empresários, e duma falta considerável de produtores de bens econômicos. Aqui não é costume tratar-se da reunião desses dois lados da produção: um exclui o outro, aos proprietários aquele, aos colonos e negros, este.

No ano 1886 houve, segundo nosso cálculo, mais ou menos 91.559 pessoas da última classe e isso explica com muita clareza a falta de mão de obra que já naquele tempo existia. Ao lado de menos de 100.000 produtores reais houve 1.000.000 de produtores nominais, fato pouco lisongeiro para o Estado e para os lavradores e que só pode ser transformado com vagar, mas certamente pela criação de uma instrução pública bem difundida, que ensine a dedicação ao dever e a estima ao trabalho manual e administrativo. Só depois da resolução desse problema há de ser fundada uma instrução profissional agrícola especial, pois a casca mais bonita não é capaz de fazer doce a maçã amarga.

O material da mão de obra em São Paulo foi sempre insuficiente. Em 1886 compôs-se de escravos, pouco dispostos ao trabalho sério e já pressentindo a abolição que lhes abriu os braços, e de poucos estrangeiros novos e ainda pouco aclimados e habituados ao regime nacional. De 1887 a 89 mudou-se a situação. Parte dos libertos e os italianos, um dos povos mais trabalhadores e inteligentes do mundo, forneceram à lavoura a mão de obra indispensável. O sistema de pagamento contentou-os e assim parecia ter-se resolvido definitivamente a questão.

Em 1890, porém, baixou o câmbio, e os salários agrícolas, embora crescentes, não acompanharam a marcha da desvalorização do meio circulante. Os melhores trabalhadores agrícolas que, em contraste com os ruins, não querem somente ganhar a vida, mas sim preparar também o futuro, emigraram ou dedicaram-se a empregos provisórios bem remunerados nas estradas de ferro, companhias, etc., quando não acharam fazendas, onde fosse regulado o salário segundo o valor do café. Houve, pois, falta séria na lavoura amplificada como foi em vista da forte corrente de emigração.

Ao lado da diminuição no número dos trabalhadores bons aumentou a vagabundagem. Os vagabundos legítimos são muito modestos e tanto mais alegres e numerosos quanto mais elevados os salários. Conhecemos indivíduos dessa qualidade que precisam para a sua manutenção mensal 40\$000 rs. e trabalham 13 1/2 dias, quando está o ordenado a 3\$000 rs. 6 2/3 dias, quando sobe a 6\$000 rs. e que nunca trabalhariam mais que um dia caso subisse a 40\$000 réis a sua diária!

A situação é, pois, a seguinte: os bons trabalhadores fugiram das fazendas por serem relativamente insuficientes os salários, os ruins por serem relativamente altos demais! Com os estípedios sempre completamente regulares (i.e., com salários correspondentes à lei econômica que regula o ordenado do trabalhador pela oferta e consumo no mercado e pelo valor do produto em ouro), teríamos tido um número suficiente de bons trabalhadores se os vagabundos tivessem sido forçados a trabalhar como os outros, ou a não achar mais emprego.

Como sair dessa dificuldade? O mais simples é sem dúvida importar trabalhadores que satisfaçam as exigências dos lavradores. Mas não os há. Quanto aos chins, hoje convidados a se deixarem importar, basta para nós o que diz C. F. van Delden-Laerne, ministro residente da Neerlândia em Java, que estudou a nossa lavoura e nos conhece como conhece os chins:

"... les laboureurs chinois n'émigrent point, ce ne sont que les vagabonds et les prolétaires des provinces de la côte qu'on réussirait a transporter. C'est pourquoi les émigrants de Chine sont d'une médiocre valeur pour l'agriculture en général, et pour celle du café dans les montagnes en particulier. Combien de peine ne cause l'introduction de chinois capables à Deli, sur la côte Est de Sumatra, pays voisin de la Chine. Là il faut faire venir les coulies des Indes Anglaises, pour la raison que les travailleurs chinois valent peu pour l'agriculture: comment donc le Brésil va-t-il se tirer d'affaire avec ses gens dans la culture du café?" (**Le Brésil et Java**. Paris, 1885, p. 122).

Resta-nos só auxiliarmo-nos mutuamente. Parece-nos ser necessário: 1. que seja regulado o salário dos trabalhadores agrícolas segundo o valor da moeda corrente. O fazendeiro que pagou ao câmbio de 27 d. 1\$500 rs. de diária e recebeu para o café 4 - 4\$500 rs., há de pagar hoje, com o câmbio de 13 d. 3\$000 rs. e quando houver baixa a 9 d., 4\$500 rs. Sendo pago o seu produto em ouro, por ora, ainda lucrará bastante. Os lavradores que, desconhecendo o vigor das leis econômicas não as observam voluntariamente,

prejudicam a si mesmos, pois perdem os trabalhadores e com eles a possibilidade de produzir alguma coisa.

2. que contra os vadios e desocupados se procure por todos os meios e principalmente pela instrução elevar a moral dos proletários, indicando-lhes idéias de progresso que, criando novas ambições e necessidades, os obrigarão a maior constância no trabalho, e, em última análise, aplicando rigorosamente a "lei contra a vagabundagem", promulgada nos últimos tempos da monarquia. Criem-se colônias de detenção e trabalho forçado. Ganhará com tal procedimento a segurança pública e ficará o Estado livre de muitos parasitas que só fazem arruinar os elementos bons ainda existentes. Um emprego magnífico para os presos seria a manutenção das estradas de rodagem, hoje quase intransitáveis. Pôr os vagabundos no exército é para nós um erro, pois um exército pequeno como o nacional ficará seriamente prejudicado por membros dessa natureza.

Reconhece-se do estudo estatístico presente que o lavrador na Prússia enriquece muito mais o seu país do que o lavrador paulista. Esse ponto é simples consequência do nº 1. Quem não trabalha, rei ou servente, patrão ou trabalhador, mestre ou auxiliar, passa uma vida inútil. A nação entretanto precisa manter um tal membro nocivo; e por isso, pode-se bem dizer que quem não trabalha é dissipador da fortuna nacional.

A diferença entre a Prússia e São Paulo fica ainda mais frisante pelo reconhecimento do fato: que a lavoura em São Paulo dá por unidade de área cultivada rendimento muito maior, isto é, duas vezes maior que na Prússia.

O que será São Paulo quando chegar o dia em que todos trabalhem com toda força, munidos de todos os progressos da técnica e da ciência? Com a população existente, sem o elemento chinês, sem imigração alguma, o Estado já podia cultivar uma área dez vezes maior e ter uma produção até trinta vezes mais importante, se todos quisessem cumprir os seus deveres.

A comparação da atividade e produção agrícola na Prússia e em São Paulo ensina que não trabalhamos bastante. Quando se proclama nesse momento na velha Europa: "O direito do homem de trabalhar" ("Das Recht auf Arbeit"), nós aqui devemos escrever, em letras de ouro, sobre cada porta, em nossas armas e em nossa consciência as palavras: "O dever do homem é trabalhar".

(Coleção dos trabalhos agrícolas, extraídos dos relatórios anuais de 1888-1893 do Instituto Agrônômico de Campinas, pp. 34-36. São Paulo, Typ. da Cia. Industrial de São Paulo, 1895).